

TESTEMUNHOS INICIAIS SOBRE O BRASIL REVISITADOS NO SÉCULO XIX

First letters about Brazil revisited in the nineteenth century

Simone Cristina Mendonça*

RESUMO: O presente trabalho traz reflexões sobre o período colonial brasileiro e os escritos dos primeiros cronistas que aqui aportaram e que, a fim de informarem sobre as terras recém-descobertas, descreviam, muitas vezes com lirismo, as paisagens e os homens do local. Revisitamos, com a leitura de críticos literários brasileiros, tais como Coutinho (1986), Candido (1989), Sússekind (1990) e Leite (2007), o século XVIII e o início do período literário do Romantismo no Brasil, com especial atenção à ligação deste a um desejo de constituir o conceito de nacionalidade no Brasil recém-independente de Portugal. Repensamos questões do trato do elemento indígena no cenário literário; da necessidade da inclusão deste elemento, tendo em vista os desejos literários e políticos de se firmar a independência; da constituição do índio como herói nacional; bem como de sua íntima ligação com a paisagem natural, que precisava ser destacada por sua exuberância e singularidade em relação à da Metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Romantismo; Brasil colonial.

ABSTRACT: *This work reflects on the Brazilian colonial period and on the writings of the first chroniclers who arrived here in order to report on the newly discovered lands. They described, often with lyricism, the landscapes and people of the place. Using Brazilian Literature criticism, as Coutinho (1986), Candido (1989), Sússekind (1990) and Leite (2007), we revisit the eighteenth century and the beginning of the literary period of Romanticism in Brazil, with special attention to connecting this to a desire to create the concept of nationality in a Brazil newly independent from Portugal. We revisit issues of the treatment of the indigenous element in the literary scene; the need to include this element in view of the literary and political desires to establish independence; of the construction of the Indian as a national hero; as well as its intimate connection with the natural landscape, which needed to be highlighted by its exuberance and uniqueness in relation to the Metropolis.*

KEYWORDS: *Literature; Romanticism; Colonial Brazil.*

* Doutora em Teoria e História Literária (Unicamp/2007). Professora de Estudos Literários na Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá/PA/Brasil – simonecm@unifesspa.edu.br

As primeiras descrições acerca do Brasil, escritas ainda no século XVI, bem como relatadas posteriormente por viajantes, destacaram o impressionante domínio de elementos da natureza, presente em todos os espaços, em contraste com as paisagens usuais europeias, dominadas pelas construções urbanas. O cenário de natureza intocada remetia à ideia de um paraíso terreal, alimentando o imaginário de que o Éden ainda existisse e, ali, tivesse sido encontrado.

As impressões foram registradas pelas mãos de viajantes, vindos de Portugal ou de outros países, que, para a América portuguesa, se deslocavam a trabalho, para estudo ou em missões religiosas, e que voltavam para casa com muitas curiosidades a narrar. Os registros nem sempre dialogavam e nem sempre obedeciam a uma organização, exceção feita aos jesuítas; porém, de modo geral, pode-se dizer que construíram mitos sobre o novo país, narrados, muitas vezes, como verdades. O primeiro principal foco de análise foi, sem dúvida, a natureza, como exemplifica o trecho da carta do padre jesuíta José de Anchieta transcrito abaixo:

Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque, e não se vê em todo o ano árvore nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedade de espécies. Muitos dão bons frutos e o que lhes dá graça é que há neles passarinhos de grande formosura e variedades e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, colorinos e canários de Portugal, e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar o Senhor, e os bosques são tão frescos que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo (ANCHIETA, 1933¹ *apud* COUTINHO, 1986, p. 252).

Além das cartas escritas pelos missionários inacianos, os pesquisadores podem contar ainda com os registros plásticos feitos por viajantes estrangeiros, cujas iconografias também apresentam um paraíso terrestre. Soma-se aos esforços empreendidos no sentido de exaltar a natureza, o destaque para o indígena, elemento também central na definição do que poderia ser encontrado no Brasil desde a Carta de Caminha, em que se apresentavam as primeiras impressões sobre nossa terra e um estado de encantamento diante dos potenciais natural e humano do local, a serem revertidos em prol de Portugal.

¹ ANCHIETA, Pe. José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*; por Antônio de Alcântara Machado. Rio de Janeiro, 1933.

E não somente os portugueses atentaram para esses potenciais. Os franceses André Thevet e Jean de Léry, presentes no Brasil respectivamente em 1558 e 1578, também deixaram testemunhos nesse sentido, primando, no entanto, pelo estudo dos homens, atentando para os Tupinambás. Thevet, entre outras considerações, privilegiou o caráter místico dos índios, centrando na crença indígena de que os sonhos tidos na noite anterior se realizariam tal qual sonhado. Já Jean de Léry revelou-se um admirador da beleza física dos Tupinambás: “mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito poucos coxos, disformes, aleijados ou doentios” (LÉRY, 1980² *apud* COUTINHO, 1986, p. 248).

Os esforços no sentido de construir uma imagem do que seria o indígena Tupinambá, ressaltando-se características, hábitos, adornos e vestimenta, diferentes daqueles dos europeus, porém descritos em palavras de sentido positivo, podem ser verificados na citação a seguir:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros inteiramente depilado, de cabelos tosquiados como já expliquei, com lábios e faces fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente adornadas, de corpo pintado, coxas e pernas riscadas de preto com o suco do jenipapo, e com colares de fragmentos de conchas pendurados ao pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratado bem garboso ao vosso lado. Em verdade, para completar o quadro, deveis colocar junto a esses tupinambás uma de suas mulheres, com o filho preso a uma cinta de algodão abraçando-lhe as ilhargas com as pernas. Ao lado deles ponde ainda um leito de algodão feito com rede de pescaria e suspensa no ar. E acrescentai o fruto chamado ananás (LÉRY, 1980 *apud* COUTINHO, 1986, p. 248).

Apesar da aparente admiração suscitada pelo porte, pelos gestos e pelos adereços dos Tupinambás, é preciso dizer que a impressão positiva não se estendia aos indígenas em geral. O foco de visão sobre os Uetecás, por exemplo, diferencia-se, pois estes são apresentados pelo francês como “diabólicos”, “comedores de carne humana”. Nesse sentido, Jean de Léry foca a atenção num aspecto também destacado por Hans Staden – o canibalismo por vingança (ver Figuras 1 e 2) –, ao escrever, por exemplo que esses índios “para satisfazer seu sentimento de ódio, devoram tudo do prisioneiro, desde os dedos dos pés até o nariz e a cabeça, com exceção dos miolos, em que não tocam”

² LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, 1980.

(LÉRY, 1980 *apud* COUTINHO, 1986, p. 248).

Ilustrações da obra de Hans Staden que tratam do canibalismo

Figura 1



Disponível em: <www.athenapub.com/staden1.htm>

Figura 2



47. - O esquiteamento do corpo do prisioneiro.

Disponível em:

<www.scielo.br/img/fbpe/ccedes/v19n49/a08fig03.gif>.

Apesar da possibilidade de o canibalismo ser visto com certa neutralidade, considerando-se que se tratava de um ato cometido apenas contra inimigos vencidos, Padre Manuel da Nóbrega não perdoou a prática, condenando-a veementemente, bem como o fez quanto à poligamia (NÓBREGA, 1955³, p. 65 *apud* COUTINHO, 1986, p. 254). As opiniões de reprovação do jesuíta eram compartilhadas por Ambrósio Fernandes Brandão, que afirmou: “Enganai-vos grandemente nisso se acham neles bons discursos e agudas respostas”, não encontrando nos índios “diferença às brutas feras” (BRANDÃO, s/d, p. 322⁴ *apud* COUTINHO, 1986, p. 254).

Entre mitos e verdades, esses relatos alimentavam um hábito de consumo de narrativas de viagens por parte dos europeus, iniciado antes mesmo do século XVI. A curiosidade pelo novo, pelas descobertas, por novos mundos e novas gentes impulsionava uma busca pelo conhecimento do exótico, beneficiando os que se dedicavam a tais descrições. No entanto, entre tanto exotismo e fantasia, a possível

³ NÓBREGA, Pe. Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos*. (Org.). Serafim Leite. Coimbra, 1955.

⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. v. VII.

proximidade entre ficção e história favorecia a criação de uma tendência literária de “crônicas” inventadas e colocava em xeque a confiabilidade dos escritos voltados para a apresentação mais próxima do real. Nesse sentido, Hans Staden sentiu necessidade de defender-se, atestando, logo no princípio da escrita, a veracidade de sua narrativa.

Essas narrativas não se esgotaram no período das primeiras crônicas sobre o Brasil, mas desenvolveram-se como prática literária na Europa, levando ao Ocidente, mesmo já em meados do século XVIII, enredos com informações sobre diferentes hábitos e práticas religiosas e de governo dos habitantes de distantes países, bem como sobre suas paisagens exóticas. Tânia Serra (1997), ao traçar um panorama da literatura brasileira nas primeiras décadas do século XIX, exemplifica a prática europeia, de narração das aventuras dos viajantes, lidando com esses diferentes costumes, com os romances *Robinson Crosoe* (1719), de Daniel Defoe, e *As viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift (p. 18).

Estrangeiros em terras distantes, nem sempre voluntariamente deslocados, os viajantes que versaram sobre nossa pátria viam-se diante do novo, às vezes belo, outras, ameaçador, que requeria ser descrito antes que houvesse almejadas modificações civilizatórias. Com objetivos diferenciados, ora com intuítos científicos, ora com anseios religiosos, ora para confecção de relatórios das atividades eclesiásticas, ora como simples desabafo de se estar longe da cultura europeia, foram esses cronistas que deixaram registradas as suas impressões sobre a terra e os habitantes para que estas nos chegassem ao conhecimento. Para Afrânio Coutinho (1986, p. 255), “os mitos se alargavam com a presença de tanta humanidade”. O autor estabelece uma separação entre os livros sobre a temática da descrição do Brasil em *Literatura de ideias*, escritos nos séculos XVI e XVII, e *Literatura de imaginação*, no século XVIII, embora os dessa segunda classificação possam ser considerados como preparados pelos da primeira.

Para a *Literatura de ideias*, que trazia textos descritivos, às vezes técnicos, sobre o Brasil, a sua natureza e os seus habitantes, são citados os exemplos seguintes de obras dos séculos XVI e XVII: *Prosopopeia*, de Bento Teixeira (1601); *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (1618); *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo (1576); e *Tratado descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares Souza (1587). Já para a *Literatura de imaginação*, de caráter menos

informativo que fabuloso, o autor traz como exemplos os títulos setecentistas: *Música do Parnaso*, de Manuel Botelho de Oliveira (1705); *Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira (1728); *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1769); e *O Caramuru*, de Santa Rita Durão (1781).

Antonio Candido (1989) acresce dados sócio-históricos à literatura setecentista, analisando-a sob o prisma da “celebração dos valores ideológicos dominantes” (p. 166), ao elencar:

É o caso da curiosa ficção moral de Nuno Marques Pereira, *O peregrino da América* (1728), da *História da América Portuguesa* (1730), de Sebastião da Rocha Pita, dos poemas *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, *Vila Rica* (anterior a 1776), de Cláudio Manuel da Costa, *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. Em todos eles predomina a ideia conformista que a empresa colonizadora foi justa e fecunda, devendo ser aceita, louvada como implantação dos valores morais, religiosos e políticos que reduziam a barbárie em benefício da civilização. (CANDIDO, 1989, p. 166).

E aqui retomamos a crítica do autor, lembrando-nos de que, no período colonial, havia a necessidade de obediência aos preceitos da Metrópole e de seus representantes, sob pena de perseguições aos autores e censura aos impressos. Não obstante, foi ainda no século XVIII que se organizaram os debates nacionalistas, conforme Candido (1989), nas “Academias, por exemplo, na medida em que pesquisaram o passado, valorizaram as figuras dos brasileiros natos e exaltaram a importância dos seus feitos, acentuando os traços próprios do País e preparando deste modo as atitudes nacionalistas em embrião” (p. 166). Valorizadas sob o prisma do nacionalismo em formação apenas posteriormente, obras como *O Uruguay* e *Caramuru* podem se enquadrar nas

[...] obras que mais desejam acentuar e reforçar a ordem política e cultural dominante [e que] são, ao mesmo tempo, as que utilizam as sugestões locais com maior carinho e discernimento, acabando por parecer à posteridade que afirmavam as nossas peculiaridades e sentimentos contra a superimposição externa. (CANDIDO, 1989, p. 167).

Assim como Candido (1989), Dante Moreira Leite (2007) observou, atentando para os textos escritos no Brasil, ou para autores considerados brasileiros, que, na Literatura dos tempos do Brasil colonial, embora houvesse maior preocupação com temas universais, já se poderiam visualizar prenúncios de um nacionalismo, como no

poema “Vila Rica”, de Tomás António Gonzaga.

No entanto, foi no período do movimento do Romantismo, pós-independência, que a questão da nacionalidade se fez presente de maneira mais latente. Os esforços para se firmar um conceito de nação, com história a ser difundida, reverteram-se na busca pelos homens de Letras da época, por documentos, tratados, relatos de viagem, registros pictóricos; enfim, tentativas de se delinear um passado remoto, preferencialmente de valor, segundo critérios vigentes. Quanto à Literatura Nacional,

[...] como a época era de exigente nacionalismo, consideravam que lutara dois séculos para se formar, a partir do nada, como expressão de uma realidade local própria, descobrindo aos poucos o verdadeiro caminho, isto é, a descrição dos elementos diferenciais, notadamente a natureza e o índio. Um expositor nacional desta corrente, Joaquim Norberto, chegou a imaginar a existência de uma literatura indígena autenticamente nossa, sufocada pelo colonizador [...] (CANDIDO, 1985, p. 91).

Especial interesse suscitaram os textos antigos que enalteciam as belezas naturais e os indígenas, como as descrições feitas por Gabriel Soares de Souza (1587), impressas em 1851 e revisitadas pelo romancista José de Alencar para composição de *O Guarani*, como nos transcreve Flora Süssekind (1990, p. 49):

O tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas. Em um ponto porém variam os escritores; uns dão aos nossos selvagens uma estatura abaixo da regular; outros uma estatura alta. Neste ponto preferi guiar-me por Gabriel Soares que escreveu em 1580, e que nesse tempo devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor, e não degenerada como se tornou depois. (ALENCAR, p. 276 *apud* SÜSSEKIND, 1990, p. 49).

A partir da nova estética, que valorizava a pátria e os elementos nacionais, alguns textos escritos antes que o conceito de nacional estivesse estabelecido entre nós foram analisados criticamente como falhos, por não se centrarem nos elementos naturais do Brasil. Assim o fez, por exemplo, o romancista português Almeida Garrett no trecho abaixo:

Em geral a Marília de Dirceu é um dos livros a quem o público fez imediata a boa justiça. Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. Explico-me: quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus

painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso (...) ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martúrios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que a pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga! (GARRETT *apud* ZILBERMAN, 1998, p. 57-58).

Como observou Dante Moreira Leite (2007), nossa independência política foi seguida por fragilidades que poderiam desencadear movimentos separatistas. O Romantismo teria como missão não só definir a Literatura brasileira, mas auxiliar no processo de unificação, criando símbolos nacionais a serem cristalizados na ideia da pátria.

Não obstante, Flora Süssekind (1990) alertou que, nesse intuito, a busca pelas origens de nossa cultura poderia ser perigosa, pois o que haveria para se descobrir/resgatar? Havia o perigo da desilusão, já que, do ponto de vista erudito da época, que desconsiderava as manifestações ágrafas, não haveria cultura para ser resgatada. Assim, os escritores românticos poderiam contar apenas com os primeiros testemunhos dos viajantes sobre o Brasil e com os citados textos de Literatura de imaginação, como classificou Afrânio Coutinho (1986). A Literatura de informação e suas ressonâncias viriam auxiliar os românticos no processo. Destarte, foi sob o olhar romântico que se leram textos como *O Uruguai*, *O Caramuru* e até os poemas de Gregório de Matos, cuja recepção e as linhas de interpretação foram bastante diferentes até o século XIX.

A busca pela nacionalidade acabou se tornando uma tópica para os escritores da primeira geração romântica, que intentavam fundar uma literatura nacional. Nesse sentido, conforme Süssekind (1990), seriam como “Adãos”, responsáveis por nomear os diversos elementos paradisíacos, a fim de identificá-los. A esses escritores caberia estabelecer a distinção da produção literária, por meio da “descrição da natureza tropical, a seleção de heróis particularmente marcados por sinais de honradez e brasilidade, a reafirmação de uma unidade nacional” (SÜSSEKIND, 1990, p. 17). Os primeiros narradores surgem, assim, “num jogo de contrastes e imitações entre prosa e

literatura de viagens” (idem, p. 20), buscando uma “imagem coesa, original, paradisíaca de nação que se procura construir nas décadas seguintes à Independência sob a tutela da classe dirigente do Império” (SÜSSEKIND, 1990, p. 22).

Para Leite (2007), a busca pela construção de uma literatura nacional implicava o resgate de uma História nacional, remontando ao período do descobrimento. O indianismo viria, assim, trazer à tona a presença de brasileiro original, uma vez que a escolha do índio, em oposição aos portugueses, significaria um retorno às origens distantes, além de ser menos polêmica, já que tal presença fora ocultada do quadro social da capital do Império no período. Daí a importância do retorno aos escritos antigos e às impressões estrangeiras positivas sobre a natureza e os indígenas, originais em nossa terra. Até mesmo uma narrativa ficcional contemporânea foi escrita por um estrangeiro, tomando-se como base os primeiros cronistas: *O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo quinto século* (1840), de Varnhagen, segundo nos informa Tânia Serra (1997).

O indígena de características positivas, como os Tupinambás descritos pelos franceses André Thevet e Jean de Léry, foi acrescido de outros valores mais contemporâneos, como força de guerreiro, nitidamente com base na influência europeia e, por que não dizer, na tentativa de se criar um passado medieval para um jovem país.

Tomado como símbolo histórico, exótico e distante, não levantava polêmicas, nem comprometia os romancistas, que, dessa forma, não se colocavam contra a ordem vigente ou ao sistema escravagista. As descrições dos cronistas do século XVI serviram de base nos romances escritos no período romântico brasileiro, acrescidas das características vindas a partir do imaginário sobre os acontecimentos e o modo de vida na época do descobrimento e da criação dos romancistas. Exemplos não faltam da presença indígena na literatura romântica, como os já icônicos protagonistas Iracema e Peri, dos romances indianistas de José de Alencar.

Encontramos, também, nos contos e romances do início do Romantismo certo exagero da presença da paisagem local que, ainda segundo Sússekind (1990, p. 28), aos olhos dos estrangeiros, destoava de elementos como a vestimenta e o comportamento dos homens livres, influenciados pelos europeus, e da presença dos escravos. Para a

autora, embora saibamos que houvesse uma impossibilidade de se apresentar um “Brasil-só-paisagem”, essa tópica continua sendo repetida.

Já o pesquisador Fábio Lucas (1989, pp. 28-38) destacou que, na criação de uma simbologia da nacionalidade, decidiu-se pela diminuição do número de personagens brancas, o que também pode ser entendido como um movimento antilusitano.

Podemos dizer, então, que houve o intuito de resgatar a história do Brasil e de seus habitantes nos tempos de seu descobrimento, a partir dos testemunhos e dos textos informativos dos séculos XVI e XVII. Contudo, tal intuito partia da necessidade de se construir uma imagem positiva do Brasil nesse período, valorizando-se a natureza e o indígena, a fim de contribuir com o processo de criação de um sentido de pátria ao país que havia recentemente alcançado sua independência política e precisava se afirmar, por meio de suas singularidades, ante ao antigo colonizador.

O processo acabou por refletir nos primeiros romances um cenário original e paradisíaco para o Brasil, habitado por brasileiros honrados, enquanto não se comentava sobre assuntos mais espinhosos como a escravidão e as rebeliões separatistas, que se desencadeavam pelo país.

Por fim, tema já bastante analisado nos textos teóricos sobre a Literatura Brasileira, a utilização dos primeiros testemunhos sobre a época do descobrimento e sobre o Brasil colonial, por parte dos romancistas do período pós-independência para confecção de suas ficções, foi neste artigo brevemente comentada, trazendo trechos dos cronistas do século XVI, que merecem ser divulgados, bem como trabalhos de autores da contemporaneidade que se debruçaram em estudos semelhantes.

Referências

CANDIDO, A. Literatura de dois gumes. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1989. p. 162-180.

_____. “A literatura e o conhecimento da terra”. In: COUTINHO, A. (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. I: Preliminares e generalidades. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/EDUFF, 1986. (3ª. ed.). p. 231-241.

_____. Letras e ideias no Brasil colonial. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I. v. 2. São Paulo: Difel, 1985.

COUTINHO, A. (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. I: Preliminares e generalidades. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/EDUFF, 3. ed, 1986.

COUTINHO, A. Gênese da idéia de Brasil. In: COUTINHO, A (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. I: Preliminares e generalidades. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/EDUFF, 3ª. ed, 1986.

GARRETT, A. *Parnaso Lusitano*. In: ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

LEITE, D. M. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

LUCAS, F. O Romantismo e a fundação da nacionalidade. In: LUCAS, Fábio. *Do Barroco ao Moderno: ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

RONCARI, L. *História da Literatura Brasileira: Dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SERRA, T. R. C. *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Nota

Uma versão inicial deste artigo foi apresentada oralmente como minicurso na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa/MG, em 2008. Este artigo apresenta um recorte do Projeto de Pesquisa “O compromisso com a nacionalidade no Romantismo brasileiro: Indianismo em Iracema, de José de Alencar” contemplado pelo edital PIBIC/PIAD (2011), financiado pela FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, com bolsa de iniciação científica para Thaylane Carvalho de Faria.

Recebido em: 20/06/2016 Aceito em: 03/08/2016
--